

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 016/2025

Trata-se de **Pedido de Impugnação** enviado pela empresa **INOVAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº **37.993.488/0001-05**, com sede à Rua Dr. José Coelho dos Santos, nº 29, Centro, Mimoso do Sul/ES, ao Edital de Pregão Eletrônico nº 006/2025 – Processo Administrativo 016/2025, cujo objeto perfaz o registro de preço para contratação de empresa para futura e eventual prestação de serviços aplicação de massa asfáltica e na execução de serviços de pequenos reparos, bem como de manutenção corretiva e preventiva em pavimentação viária, compreendendo o fornecimento integral de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários a perfeita execução dos serviços, a fim de atender as necessidades dos Municípios Consorciados ao CIM Caparaó-ES.

1. ADMISSIBILIDADE

1.1. A Lei Federal no 14.133/21 define em seu art. 164 a legitimidade e prazo para a utilização do instrumento de impugnação, “art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame”.

1.2. Sendo assim, como o pedido de impugnação foi recebido no dia 24 de outubro de 2025 e a realização do certame está marcada para o dia 31 de outubro de 2025, o pedido é TEMPESTIVO.

2. BREVE RESUMO DAS RAZÕES DA IMPUGNANTE

2.1. A empresa ora impugnante questiona os seguintes pontos do Edital:

2.1.1. O Edital estabelece o item 5.3 da planilha orçamentária, hidrossemeadura, como item de maior relevância.

2.1.2. Contudo, verifica-se que o valor correspondente ao item 5.3, hidrossemeadura, não atinge 4% do valor total da planilha orçamentária;

2.1.3. Da inadequação do sistema de registro de preços para serviços não padronizados. A empresa, ora impugnante, também afirma que:

De acordo com o art. 84, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021, somente podem ser contratados por Sistema de Registro de Preços (SRP) os serviços de engenharia que apresentem projeto padronizado, sem complexidade técnica e operacional, e que correspondam a necessidade permanente ou frequente da Administração.

A hidrossemeadura não se enquadra nessas condições, uma vez que depende de análises de solo, insumos vegetais, condições climáticas e equipamentos específicos, sendo, portanto, serviço de natureza técnica especializada, incompatível com a sistemática de registro de preços.

2.3. É o breve relatório.

3. DA ANÁLISE DO MÉRITO

3.1. A jurisprudência e a doutrina reconhecem que a Administração possui o poder discricionário para definir condições de fornecimento dos insumos licitados e execução do contrato, desde que respeitados os princípios da legalidade, razoabilidade, isonomia e demais princípios que regem a administração pública.

3.2. Além disso, a “Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”, conforme a Súmula 473 do STF.

3.3. De acordo com o art. 67, parágrafo primeiro da Lei Federal nº 14.133/2021, que diz:

A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham

valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Admitimos, portanto, que o item 5.3. da planilha orçamentária, hidrossemeadura, não atinge os 4% necessários para que o mesmo seja considerado parcela de maior relevância.

3.4. Considerando que a hidrossemeadura, no contexto de obras de aplicação de massa asfáltica e na execução de serviços de pequenos reparos, bem como de manutenção corretiva e preventiva em pavimentação viária, consiste na aplicação mecanizada e padronizada de mistura de sementes e fertilizantes às margens das vias, trata-se de serviço comum de engenharia, não havendo complexidade técnica e operacional suficiente para tornar inviável a contratação por meio de Sistema de Registro de Preços, conforme o art. 85 inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 85. A Administração poderá contratar a execução de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de projeto padronizado, **sem complexidade técnica e operacional**;

4. DECISÃO

4.1. Portanto, diante de tudo o que foi exposto e com fundamento nos princípios da proporcionalidade, razoabilidade, isonomia, legalidade e eficiência, visando garantir, a todos os licitantes interessados em participar do presente certame, a ampla competitividade para obtenção da proposta mais vantajosa, em atendimento ao Interesse Público, **CONHEÇO DA IMPUGNAÇÃO**, uma vez que tempestiva, e, no mérito, com lastro nos posicionamentos levantados, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao pedido requerido na Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 006/2025.

4.1.2. O edital será retificado de forma que o item 5.3. da planilha orçamentária, hidrossemeadura, não seja considerado parcela de maior relevância, tendo em vista que o mesmo não atinge os 4% necessários para isto.

4.2. Cumpre informar que o Pedido de Impugnação e os demais documentos necessários para embasamento da tomada de decisão restam juntados ao Processo Administrativo com as devidas rubricas.

4.3. Consigna-se que os pedidos de impugnação e de esclarecimento, com as respectivas respostas, encontram-se disponibilizados no site do CIM Caparaó, no seguinte endereço eletrônico: <https://consorciocaparao.es.gov.br/licitacao>.

É a decisão.

Muniz Freire-ES, 29 de outubro de 2025.

ISABELA DE SOUZA CASSA
Pregoeira

BRENDON RIBEIRO VIANA
Membro da Equipe de Apoio

HUDSON RAMOS DA CUNHA
Membro da Equipe de Apoio